

# **PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde**

## **COMISSÃO POLÍTICA**

### **Comunicação Interna aos Sectores e Grupos do Partido no Exterior nº 1/2000**

C/C - Membros do Conselho Nacional  
- Membros do CNFJ

A Comissão Política do PAICV realizou a sua primeira reunião de trabalho no passado Sábado, dia 8 de Julho.

Na reunião foram abordadas relevantes questões de interesse nacional bem assim aspectos relativos à vida interna do Partido.

Importantes informações foram prestadas aos membros da Comissão Política, nomeadamente sobre a última sessão parlamentar e sobre o encontro entre os Embaixadores dos países da União Europeia acreditados em Cabo Verde e uma deputação do PAICV liderada pelo camarada Presidente José Maria Neves e integrada pelos camaradas Mario Matos, membro da Comissão Política e líder do grupo parlamentar e Jorge Daniel Spencer Lima, membro da Comissão Política.

No encontro com os Embaixadores, que se realizou por ocasião das comemorações da Independência Nacional, o clima foi de grande abertura, tendo o PAICV aproveitado a oportunidade para fazer uma análise aprofundada da situação do país em todas as suas vertentes para, em seguida, apontar para algumas soluções que entende poderem contribuir para o desenvolvimento sustentado, mais equilibrado e com mais justiça social para o povo de Cabo Verde.

Sobre a sessão parlamentar realizada na semana de 3 a 7 de Julho 2000, a Comissão Política destacou, pela sua gravidade, a rejeição pelo Parlamento do debate de urgência sobre as relações entre o Governo e os Municípios proposto pelo PAICV. Esta rejeição vem demonstrar, uma vez mais, que as prioridades do Governo MPD não passam pela resolução de questões importantes que têm a ver com a afirmação e consolidação do poder local e que afectam a situação de milhares de pessoas que vivem nos espaços autárquicos.

A Comissão Política analisou com profundidade a política levada a cabo pelo Governo com vista a sufocar financeiramente as câmaras não afectas ao MPD criando assim um clima de instabilidade no país em período de pré-campanha eleitoral. O atraso no pagamento dos salários das Faimo e a não abertura de determinadas frentes de trabalho constituem uma das vertentes nefastas dessa política que vem afectando a vida diária de milhares de pessoas.

A Comissão Política recomendou ao Grupo Parlamentar do PAICV a introdução desta questão no próximo debate na Assembleia Nacional por forma a denunciar com vigor esta atitude do governo que não vem olhando a meios para se

manter no poder ainda que à custa de muitos sacrifícios de uma camada significativa da população cabo-verdiana. Decidiu, ainda, que todos os Sectores e Grupos do Partido no Exterior devem iniciar uma campanha de esclarecimento à população com vista a responsabilizar o governo por essa situação.

A Comissão Política aproveitou o facto da reunião ter tido lugar a escassos dias após a realização da Convenção do Partido no poder, para analisar os resultados desse encontro e as suas implicações na vida política nacional. Constatou que o MPD continua dez anos depois de estar no poder, a diabolizar o PAICV e a basear a sua actuação numa estratégia do passado sem soluções para o futuro de Cabo Verde. Constatou ainda que, efectivamente, as decisões saídas dessa Convenção apontam para o agravamento da crise que se instalou na governação e podem acentuar ainda mais os elementos de instabilidade na vida do país.

A Comissão Política concluiu que perante os grandes desafios do desenvolvimento, o projecto de governação do MpD está já em descrédito na sociedade cabo-verdiana.

A Comissão Política constatou que o PAICV pauta a sua prática política pela democracia interna, a dedicação aos interesses nacionais e a seriedade, pelo que, por isso mesmo, vem ganhando cada vez mais a confiança dos cidadãos.

Atenta aos novos desafios e às responsabilidades que cabem ao PAICV enquanto principal força política da oposição, a Comissão Política identificou algumas tarefas prioritárias que deverá implementar até as próximas eleições legislativas com vista a consolidar o papel do partido como alternativa de governação do país.

Com esse propósito, a CP aprovou, entre outras, uma proposta de criação de uma Coordenação Nacional para as Eleições legislativas para, no prazo de um mês, apresentar um documento com todos os aspectos fundamentais para conduzir o PAICV nos próximos embates eleitorais, e que contenha, nomeadamente:

1. aspectos estratégicos;
2. a programação de um conjunto de acções que orientem a actuação do Partido até as próximas eleições legislativas;
3. a indicação dos meios necessários e o cronograma para a realização dos actos até as eleições;
4. a realização do Fórum Cabo Verde e os Desafios Contemporâneos;
5. a visita do Presidente do Partido a todos os Sectores;
6. a realização do IIº Encontro da Emigração;
7. a realização de um Encontro dos Autarcas do PAICV;
8. a reunião do Comité Africa da Internacional Socialista;
9. o seminário de preparação de activistas eleitorais;
10. o Encontro Nacional das Mulheres do PAICV;
11. a Iª Semana da Juventude do PAICV (Santa Catarina – 16 a 24 de Setembro)

A Coordenação Nacional para as Eleições Legislativas é composta pelos seguintes camaradas:

1. Dr. Mário Matos – Coordenador Nacional
2. Dr. Jorge Daniel Spencer Lima – Director Executivo
3. Dr. Arnaldo Andrade
4. Dr. Carlos Burgo
5. Dr. Rui Semedo
6. Dra Herminia Ferreira
7. Dr. José Maria de Pina
8. Engº Adão Rocha
9. Dr. Humberto Betencourt Santos
10. Engº Jorge Lima Delgado Lopes

Nos termos estatutários, a Comissão Política elegeu por voto secreto e por unanimidade, o Dr. Jorge Daniel Spencer Lima para o cargo de Secretário Nacional do Partido.

Às Vice-presidências foi cometida a tarefa de, juntamente com o Presidente do Partido, coordenar e acompanhar os diversos sectores que integram a organização do PAICV, conforme:

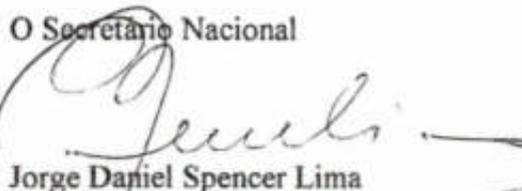
1. Presidente do Partido – Sectores e Grupos do Partido no Exterior;
2. Presidente do Partido e Vice-Presidente Crispina Gomes – Santiago, Maio, Fogo e Brava;
3. Vice-Presidente Basilio Ramos – Sal, Bôa Vista e Maio
4. Vice-Presidente Manuel Inocêncio Sousa – São Vicente e Santo Antão

A Comissão Política decidiu igualmente a intensificação dos contactos com as instituições do Estado, e as organizações da sociedade civil, designadamente com as confissões religiosas, os demais partidos políticos, e as organizações sócio-profissionais.

Finalmente a CP decidiu agendar a sua próxima reunião para o dia 22 do corrente mês em Santa Catarina.

Praia, aos 11 de Julho de 2000

O Secretário Nacional



Jorge Daniel Spencer Lima